

ARTIGO

**A NOÇÃO DE FRONTEIRA NA FORMAÇÃO DO  
PENSAMENTO SOCIAL SOBRE A AMAZÔNIA**

**Resumo**

Este artigo apresenta uma discussão sobre a noção de fronteira a partir da formação do pensamento social sobre a Amazônia. Tal discussão visa facilitar o entendimento da Amazônia, apontando as distintas interpretações sobre esta região. Dessa maneira, compreender a noção de fronteira a partir da formação do pensamento social significa reconhecer que embora a noção de fronteira tenha existido em diferentes momentos históricos, seu significado varia no tempo e no espaço, pois a fronteira representa não apenas o desencontro de diferentes visões de mundo, mas a coexistência de diferentes temporalidades.

**Palavras-chave**

Amazônia; Fronteira; Pensamento Social.

**Abstract**

*This article presents a discussion about the notion of border from the formation of social thought on the Amazon. This discussion is intended to facilitate the understanding of the Amazon, pointing out the different interpretations of this region. Thus, understanding the concept of border from the formation of social thinking means recognizing that while the notion of boundary has existed in different historical moments, its meaning varies in time and space, as the border is not only the clash of different world visions, but the coexistence of different temporalities as well.*

**Keywords**

*Amazon; Borders; Social Thought.*

\* Mestranda em Sociedade e Cultura na Amazônia (UFAM). E-mail: [alessandra\\_rufino@oi.com.br](mailto:alessandra_rufino@oi.com.br)

## *Introdução*

A temática da fronteira, seja no âmbito cultural, geopolítico ou simbólico, está sempre imersa em uma problemática teórico-conceitual. Dentro dos distintos conceitos que a caracteriza, é importante reconhecermos que a fronteira é uma dos raros lugares na sociedade contemporânea em que a disputa pela definição da linha que separa tanto a cultura e a natureza, quanto o homem do animal, ainda tem visibilidade.

Na obra intitulada “Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano” Martins (2009, p.10) destaca a fronteira “como lugar privilegiado da observação sociológica e do conhecimento sobre os conflitos e dificuldades próprios da constituição do humano no encontro de sociedades que vivem no seu limite e no limiar da história”.

Essa definição de Martins (2009) nos estimula a compreendermos a fronteira amazônica como o espaço próprio do encontro das sociedades e culturas diferentes. Dito em outras palavras, a fronteira amazônica também pode ser reconhecida como a busca desenfreada de oportunidades. Isso significa que o homem vem transformando o meio onde vive para satisfazer suas necessidades físicas e naturais. A natureza amazônica tem sido agredida desde o início do período colonial brasileiro. Entre as principais causas dessa agressão podemos destacar a fundação de cidades, o desenvolvimento de atividades agropecuárias e de mineração, e a criação da Zona Franca de Manaus.

Diante desse contexto, as mudanças em curso na sociedade amazônica contemporânea impõem desafios para o debate atual acerca dos processos que envolvem a relação dos seres humanos com a natureza, sobretudo os desafios para a implementação de políticas sociais que possam minimizar os problemas ambientais.

Conhecer a dinâmica e o crescimento da população amazônica é tarefa fundamental para expressar a complexidade das transformações da paisagem urbana em torno de mudanças em sua estrutura demográfica e econômica. Em linhas gerais, interessa destacar que as cidades da Amazônia repõem, pouco a pouco, uma característica que marcou a história dessa região até, pelo menos, as primeiras décadas do século XX, como um lugar de migração, favorecido pela capacidade de integração e interação das diferentes comunidades de migrantes internacionais e internos que ocuparam a região atraídos pelo auge do ciclo da borracha.

Segundo Castro (2008, p.09), entender as lógicas que estruturam a diversidade de formas de ocupação da Amazônia “é extremamente importante, pois remete a uma reflexão sobre a formação histórica e cultural, os processos de trabalho e os

impactos das políticas governamentais na redefinição e na reestruturação do espaço regional”. Além do mais, para a mesma autora, a Amazônia precisa ser vista enquanto uma região cada vez mais urbana, já que quase 70% de sua população vivem nas cidades.

No entanto, devido à densidade populacional na Amazônia ser muito menor que em outras regiões do Brasil, é difícil para alguns autores decifram o que é urbano nessa região. Contudo, as práticas migratórias evidenciam que habitar os espaços da Amazônia é um desafio à inteligência e a convivência com a diversidade resultante dos patrimônios que os povos amazônidas oferecem para o diálogo com outras culturas e saberes.

Sem dúvida, o diálogo entre diferentes culturas e saberes reforça a interpretação de que existem várias fronteiras na Amazônia. Conforme STEIMAN (p.2002, p.18) o estabelecimento das fronteiras políticas internacionais é composto pelas seguintes etapas:

a delimitação que consiste na fixação através dos tratados internacionais; a demarcação, que é a implantação física dos limites, por meio da construção de marcos em pontos determinados; a densificação ou caracterização, etapa na qual se realiza aperfeiçoamento sistemático da materialização da linha divisória, mediante intercalação de novos marcos, com o objetivo de torná-los cada vez mais intervisíveis.

Ainda segundo Steiman (2002, p.18), “a faixa de fronteira internacional do Brasil se estende em 15.719 km, dos quais 9.058 km correspondem ao limite internacional da Amazônia Ocidental”. Esse trecho de faixa forma um arco que compreende desde Rondônia, ao sul, até o estado de Roraima, ao norte. A mesma autora observa que esse arco abriga três capitais estaduais: Boa Vista (RR), Porto Velho (RO) e Rio Branco (AC). No entanto, o estado de Roraima é o único totalmente situado à faixa de fronteira. O estado do Amazonas, por sua vez, é o único cuja capital não está localizada na faixa de fronteira.

A partir dos estudos de Gonçalves (2010) é possível inferir que a fronteira amazônica abrange o estabelecimento de relações distintas que facilitam a existência de um intercâmbio cultural, social e político que contribui para a diferenciação entre o “eu” e o “outro” seja perceptível. Dessa maneira, no espaço fronteiriço amazônico tanto a identidade quanto a alteridade configuram as relações sociais que envolvem um processo de contradições e ambiguidades que podem ser identificadas através do surgimento da diferença.

Assim, compreender a noção de fronteira a partir da formação do pensamento social sobre a Amazônia significa reconhecer que embora a noção de fronteira tenha

existido em diferentes momentos históricos, seu significado varia no tempo e no espaço, pois a fronteira representa não apenas o desencontro de diferentes visões de mundo, mas a coexistência de diferentes temporalidades. Nessa conjuntura, o eixo condutor do presente artigo é a compreensão do espaço amazônico a partir da formação do pensamento social. Para facilitar tal compreensão buscaremos suporte na teoria da interpretação, estudada pelo filósofo francês Paul Ricoeur.

### *A formação do pensamento social a partir da organização do espaço amazônico*

Conhecida por sua dimensão territorial e por ser uma região extremamente complexa e diversificada, a Amazônia destaca-se como uma região estratégica para o Brasil, embora sua integração ao desenvolvimento socioeconômico nacional ainda seja considerada problemática e conflituosa.

Diante desse contexto, desenvolver uma discussão em torno do debate acerca do processo de formação do pensamento social que se construiu na Amazônia é tarefa fundamental para expressar a complexidade das representações negativas que foram elaboradas sobre o processo de desenvolvimento econômico, político, social e cultural dessa região.

De acordo com Cruz (2006, p.63), “o modelo que orientou o processo de ocupação e apropriação da Amazônia nas últimas décadas esteve pautado na crença da modernização como a única força capaz de “desenvolver” a região, não importando o seu custo social, cultural e político”. Essa ideologia pautada numa espécie de “fundamentalismo do progresso” justificou um conjunto de práticas e representações marcadas pelo colonialismo que serviam e ainda servem para justificar a subalternização dos povos considerados tradicionais.

Conforme sustenta Rocha (2006, p.146) não é possível entender a Amazônia “sem conhecer no passado e no presente da região o genocídio dos povos indígenas, a exploração da mão de obra escrava e a devastação para gerar a riqueza que tem sido apropriada por tão poucos”. Soma-se a isso a necessidade de desconstruir a idéia de que a Amazônia se tornou uma região atrasada e subdesenvolvida.

As imagens atuais do espaço amazônico retratam as tendências de novas configurações relacionadas às estratégias de ordem política, econômica e social. Nesse sentido, para Gonçalves (2010, p.20), “a imagem mais comum do que seja a Amazônia é a de que se trata de uma imensa extensão de terras, onde o principal elemento de identificação é a natureza, praticamente incontrolável, que a história nos legou intocada”. Nessa perspectiva, a visão que se tem do espaço amazônico refere-se a representação que a cultura dominante ocidental construiu a partir de sua realidade,

tornando-se fundamental na discussão sobre o futuro da humanidade e do próprio sentido da vida.

É importante salientar que essa representação dominante que se tem sobre a Amazônia é uma visão imposta pelo colonizador, podendo ser considerada uma visão de quem não vive na região, além de fortalecer a idéia de que a Amazônia é uma região periférica, que está a margem do contexto nacional.

Diante desses fatos, Gonçalves (2010, p.35), defende a concepção de que “as pessoas que se propuseram a dominar o espaço amazônico tenham acentuado a mão de obra, a idéia de vazío demográfico”. Isso justifica a concepção de que desde o período colonial, a Amazônia tem sido objeto de um debate voltado para a internacionalização. Em outras palavras, Becker (2001, p.139) assegura que “a ocupação da Amazônia se fez em surtos devassadores ligados à valorização momentânea de produtos no mercado internacional, seguidos de longos períodos de estagnação”.

A tentativa de derrubar florestas para implantar sistemas agropastoris com base em tecnologia elaboradas para outros ecossistemas é, para Campos (2004, p.02), “catastrófica e reforça que o Estado controla aquilo que deve ser distribuído ou integrado, tornando-se elemento fundamental no processo de organização do espaço amazônico, através de planos e projetos de infraestrutura”.

Pinto (2008, p.45) evidencia que “fatores são capazes de explicar por que certos povos e regiões do mundo se transformaram em palco de importantes mudanças”. O mesmo reconhece que ao longo dos três últimos séculos tem se produzido em torno da Amazônia um considerável acervo de pensamento sobre o homem, a sociedade e suas relações com a natureza. Entretanto, é necessário admitir que o conhecimento atual sobre tais temas pode ser considerado bastante fragmentado e incompleto. Por isso, que a obra “Viagem das idéias”<sup>1</sup> destaca a necessidade de reconstruir pacientemente o pensamento social sobre a Amazônia tal como ele tem sido concebido no âmbito da filosofia, dando destaque ao processo de elaboração e representação de dados oferecidos ao pensamento.

Desse modo, para Pinto (2008, p.34) reconstruir o pensamento social significa, “além de compreender os movimentos de seleção, elaboração e interpretação dos dados e dos objetos que se transformaram nas diferentes representações do universo social da Amazônia, restabelecer a possibilidade de uma “história das idéias” e de uma sociologia de novas bases”.

---

1 Obra escrita por pelo Professor Doutor Ernesto Renan Melo de Freitas Pinto e publicada pela editora valer no ano de 2008.

A sugestão para facilitar a reconstrução do pensamento social é reconhecermos que a Amazônia despertou a curiosidade de muitos estudiosos que em busca pela compreensão dos processos de inter-relação entre o homem e a natureza, produziram discursos determinantes para a construção da sociedade e cultura amazônica.

Costa (2007) esclarece que a Amazônia primeiramente foi revelada pelo olhar dos viajantes, missionários e naturalistas, que se prendiam ao fascínio do estranho. No decorrer dos anos, passou a ser interpretada por outros pensadores que foram capazes de elaborar obras que se tornaram símbolos de rupturas e de novos cursos em busca de um pensamento social amazônico.

Sob essa perspectiva, Pinto (2008, p.199) enfatiza que existe hoje o reconhecimento de que no grande e variado conjunto de obras que tem se acumulado sobre a Amazônia, sobretudo nos últimos 250 anos, “alguns momentos privilegiados se destacaram e ajudaram a construir o que podemos denominar de pensamento social”. É o caso dos autores que, além do cuidado com o relato da natureza, das riquezas, da paisagem, da descrição de vilas e cidades, da produção extrativa e da multiplicidade dos povos indígenas, observaram, mesmo que de pontos de vistas unilaterais, aspectos relacionados com processos sociais e culturais que pudessem de algum modo contribuir para a compreensão da gênese e desenvolvimento de um novo universo humano na Amazônia.

Pinto (2008, p.200) enfatiza ainda que se não custa muito reconhecer quanto a Amazônia “está ligada aos processos de instituição de campos das ciências humanas, mas difícil tem sido determinar com precisão a contribuição real de vários autores que sobre ela realizaram empreendimentos investigativos”. Batista (2006, p.21), por sua vez, complementa argumentando que “entre os interpretes da Amazônia sobressai um nome que ocupa a primeira plana das letras nacionais: Euclides da Cunha”. Foi ele que deu nexos à formação do pensamento social sobre a Amazônia, traçando diretrizes seguras aos estudos amazônicos. Depois dele se inaugurou um novo modo de pensar a Amazônia, já que sua obra foi elaborada com a finalidade de reconstruir o pensamento produzido sobre a região.

Em relação às idéias políticas de Euclides da Cunha, Pinto (2008, p.203) sugere que sua interpretação da Amazônia pode ser aproximada às suas idéias de socialista, examinando-se, por exemplo, “o conteúdo do manifesto socialista que redigiu e que na verdade os seus estudiosos parece não terem levado em consideração como um possível elemento esclarecedor de seu modo de compreender e idealizar a sociedade amazônica”. Isso justifica porque Euclides da Cunha buscou entender a Amazônia através de sua face primitiva, rústica e atrasada, insistindo na idéia de que essa é uma

parte da terra ainda em formação, portanto, ainda em desordem e assim não preparada para receber a civilização.

Dentro desse raciocínio, Tocantins (2001, p.278) nos informa que “até meados do século XX foi em torno dos rios que se organizou a vida das populações amazônicas”. Para o mesmo, *os rios contribuíram para o progresso da Amazônia, pois tornaram possível a sua conquista ao assegurarem a presença humana na região. Desse modo, podemos dar ênfase a seguinte concepção: os rios serviram para diferentes atividades que foram desenvolvidas com a finalidade de explorar a floresta, os campos e a várzeas.*

Entretanto, Gonçalves (2010, p.79) afirma que “a partir da década de 1960 os rios deixaram de ter tanta influência na vida dos povos amazônicos, já que os interesses se deslocaram para as riquezas minerais da região que poderiam ser encontradas no subsolo”. Além do mais, gestores territoriais civis e militares passaram a defender um discurso político interessado em integrar o espaço amazônico ao resto do país. Para isso, o regime ditatorial ofereceu as condições necessárias para atrair os grandes capitais do centro-sul do país e internacionais. Porém não se atentou para as consequências desse processo, visto que os diversos sentidos de valorização dos recursos naturais da Amazônia passou a ser razão de intensos conflitos dos seres humanos com a natureza.

A exploração da natureza amazônica pelos seres humanos permitiu a apropriação da Amazônia por uma lógica capitalista explícita. Rampazzo (1997, p.24) argumenta essa inferência pode nos ajudar a entender que “a exploração da natureza está intimamente ligada ao avanço do complexo desenvolvimento tecnológico, científico e econômico” que, muitas vezes, tem alterado de modo irreversível o cenário do planeta, através da erosão e a perda da fertilidade dos solos; destruição da floresta; dilapidação do patrimônio genético e da biodiversidade; contaminação dos solos, da água, dos animais silvestres, do homem do campo e dos alimentos.

Como as diferentes fases de modernização têm como base o sistema capitalista, o novo padrão de organização do espaço amazônico, que se instaurou a partir dos anos 1960, tem na construção de rodovias seu eixo de estruturação. Esse contexto nos estimula reconhecer que para Gonçalves (1998, p.103) “a abertura de estradas e o barramento dos rios, para fornecer mais energia, foram tarefas assumidas pelo Estado”. Nessa mesma perspectiva, o mesmo autor alerta que embora as estradas estejam abertas a todos, nem todos dispõem das mesmas condições sociais e do mesmo poder econômico e político para tirar proveito dessa acessibilidade.

Fica evidente, portanto, que o conflito protagonizado pelos diferentes sujeitos que organizaram o espaço amazônico é intenso e desigual, principalmente para os povos tradicionais da região e para as famílias de trabalhadores migrantes que se des-

locaram para a região atraídos pela forte motivação que traduz o desejo de encontrar uma nova terra, na qual todas as suas aspirações poderão ser concretizadas.

Embora a imagem da Amazônia esteja sempre associada à floresta e aos rios, sua geografia humana tornou-se essencialmente urbana. Dentro de uma ótica global, a configuração da paisagem social urbana passou a ser dotada de contradições geradas pelo modelo de desenvolvimento capitalista, que, sem dúvida, proporcionou a desestruturação do espaço amazônico por meio da “desordem ecológica e social”.

Conforme argumenta Freitas (2007, p.34) refletir sobre a formação do pensamento social na Amazônia “tem a ver com a compreensão dos caminhos assumidos pela intervenção política nessa área”. Significa ainda buscar explicações para a rotinização das interpretações que se transformaram em senso comum e que acabam por “justificar” as medidas políticas assumidas.

Assim, torna-se possível reconhecer que o pensamento se materializa por intermédio das idéias e dos conceitos estruturados. Nesse sentido, para Freitas (2010, p.26) “o ato de pensar constitui uma dimensão importante da condição humana, configurando-se como o agente-motor da história universal”. É nesse universo sistêmico que se insere a contribuição da obra “Viagem das idéias” para a reconstituição do pensamento social tal como um processo de elaboração e representação das idéias.

#### *A Amazônia e suas fronteiras: O espaço amazônico sob o olhar de distintos autores*

A Amazônia possui uma complexidade que abriga uma extraordinária diversidade de ecossistema, de grupos sociais e peculiaridades locais. Gonçalves (2010, p.17) complementa afirmando que aparentemente parece ser fácil caracterizar essa região, que está associada “a imagem de uma grande área localizada na porção centro-oriental da América do sul, cortada pela linha do Equador, com um clima quente e úmido, coberta por uma densa floresta tropical úmida”, banhada por uma extensa bacia hidrográfica, habitada por uma população constituída basicamente por populações indígenas e que abriga riquezas naturais incalculáveis. Sem dúvida, é essa imagem, que foi contraditoriamente construída ao longo da História, que está praticamente consagrada na literatura - seja ela didática, científica e artística - e nos meios de comunicação.

O diálogo entre diferentes culturas e saberes reforça a representação de que existem várias fronteiras na Amazônia. Conforme assegura Ricoeur (2008) os sujeitos sociais elaboram modelos para tentar converter em significações o real que encontram e que os submerge. Esta concepção proporciona o entendimento de que

a partir dos pressupostos da teoria da interpretação é possível reconhecer que as regiões de faixa de fronteira da Amazônia foram construídas no imaginário social, tanto no sentido geográfico e político, quanto no sentido simbólico e cultural.

Ribeiro (2000) complementa esclarecendo que as fronteiras são sempre lugares isolados, impostos pelo distanciamento geográfico dos centros de poder que fazem deles uma fronteira e um lugar de liberdade. Em linhas gerais, a fronteira de povoamento da Amazônia brasileira tem sido marcada pela forte mobilidade da população e do trabalho, podendo ser associada ao fluxo e refluxo de migrantes responsáveis pelo aparecimento de novas cidades.

Como reflexo do surgimento de cidades na Amazônia, Fernandes Neto (2003, p.01) reconhece “a importância de se mencionar os elementos geográficos que caracterizam o Arco norte da faixa de fronteira internacional do Brasil”. Segundo o mesmo autor, o arco norte corresponde a faixa de fronteira dos estados de Roraima, Amazonas, Acre, Rondônia, Amapá, Pará e Mato Grosso com países vizinhos, isto é o arco que envolve a bacia amazônica brasileira e um trecho da bacia do Paraná-Paraguai (Mato Grosso).

Diniz (1997) aponta a existência de um movimento generalizado de ocupação das cidades amazônicas, destacando um forte ritmo de urbanização na faixa de fronteira. Desta forma, é possível afirmar que o surgimento dos primeiros núcleos urbanos na Amazônia além de terem causado inúmeros danos à natureza, foi fortalecido pelo avanço da organização do sistema extrativista, do transporte de mercadorias, do processo de catequese e da dominação de indígenas para o trabalho servil. Nunes (2008, p.49), complementa argumentando que “a Amazônia é uma macrorregião com especificidades que há séculos tem sido submetida a estímulos exógenos do crescimento econômico, o que conferiu características específicas tanto à sua economia, quanto à ocupação do seu território”.

A ascensão da economia da borracha, por exemplo, garantiu a diferentes formas de produção e trocas de mercadorias, abrindo novas áreas de povoamento. Conforme evidenciam Acevedo e Castro (2003), a rede que organizava a produção e circulação de mercadorias foi base da produção inicial da borracha, pois em todas bocas de igarapés e rios com recursos e possibilidades de exploração, localizava-se um posto ou comércio que tinha a função de garantir o desenvolvimento da produção agroextrativa trazida das terras interiores e de drená-la para os portos de cidades maiores, base da extensa rede de aviação. Castro (2008, p.18) evidencia, por sua vez, que “a função econômica de circulação e gestão da produção, a partir da cidade, é chave para o entendimento da formação da rede urbana na Amazônia”.

O boom da borracha foi fundamental para o surgimento de vilas que deram origem posteriormente as cidades. Incentivados pelo governo brasileiro, um número expressivo de migrantes nacionais e internacionais se deslocaram para a Amazônia. Alguns autores estimam que entre os anos 1870 e 1900, cerca de 300 nordestinos se deslocaram para essa região. Muitos desses migrantes eram recrutados para trabalhar nos seringais, porém não possuíam direito na aquisição de terras, pois, na maioria das vezes, os seringais eram administrados por famílias tradicionais locais.

Esse contexto nos ajuda a ressaltar que o processo histórico de ocupação humana e urbanização da Amazônia não ocorreu de forma linear, visto que os fatores políticos e econômicos foram determinantes para a sua estruturação. A expansão urbana aconteceu na medida em que as bases da economia colonial foram definidas, garantindo a relação campo-cidade e a apropriação das terras em grandes latifúndios.

No entanto, Pinto (2008, p.232) deixa claro que “a construção da nação brasileira tomava a Amazônia como um vazio demográfico complicado de ser incorporado ao todo nacional, que na realidade não chegou a existir”. Essa idéia de Amazônia como vazio indica que a identidade nacional não admitia, para sua conformação, que existissem agrupamentos e populações com a vida cultural própria. Naturalmente sabia-se que na Amazônia havia gente vivendo. Mas na formulação do vazio, essa gente não representava uma existência histórica capaz de integrar a idéia de nação.

De um modo geral, essas idéias estão impressas no inconsciente coletivo das pessoas que vivem ou não na região e aparecem no conjunto de interpretações reais e imaginárias que denominam a presença da natureza despovoada, da paisagem sem homens e do colorido das formas naturais sem as tensões. As questões que já foram expostas só reforçam a idéia de que a região amazônica vem sendo construída desde a chegada do colonizador europeu ao novo mundo. A obra “Viagem das idéias” complementa essa concepção, deixando transparecer em seu discurso introdutório que crônicas, relatos de viagens, relatórios de expedições, além da cartografia, têm contribuído para a formação de uma visão sobre a Amazônia.

De acordo com Cruz (2011) a Amazônia tem sido interpretada como região natural, inferno verde, vazio demográfico, vazio cultural, fonte incomensurável de riquezas e região do futuro. Apesar das características preponderantemente associadas à região terem se transformado bastante no decorrer dos séculos, alguns elementos permanecem em torno dessas representações. Bueno (2008, p.78) destaca que se a expressão “inferno verde” foi “originalmente atribuída à região devido ao calor, aos insetos, à dificuldade de penetração na densa floresta e pode ser hoje uma alusão às frequentes queimadas que nela ocorrem”.

Bueno (2008, p.79) justifica ainda que “essas interpretações expressas em relação à Amazônia são também constitutivas da própria região”. Isso significa que a Amazônia passa continuamente por distintos processos de significados, mantendo-se de maneira consistente com o sistema de avaliação utilizado pelos indivíduos em relação a ela.

Diante dessas questões acerca das distintas interpretações sobre a Amazônia, o estudo sobre a teoria da hermenêutica torna-se extremamente importante para a compreensão das interpretações que distintos autores elaboram sobre o espaço amazônico. Ricoeur (2000, p.336) destaca que:

O texto é uma unidade complexa de discurso cujos caracteres não se reduzem aos da unidade do discurso ou frase. Por texto não entendo somente nem principalmente a escritura, embora a escritura ponha por si mesma problemas originais que interessam diretamente ao destino da referência; mas entendo prioritariamente a produção do discurso como obra. Com a obra, como a palavra o indica novas categorias entram no campo do discurso, essencialmente categorias práticas, categorias da produção e do trabalho. Antes de tudo, o discurso é a sede de um trabalho de composição, ou de disposição para retomar a palavra da antiga retórica - o que faz de um poema ou de um romance uma totalidade irredutível a uma simples soma de frases.

A partir desta problematização podemos destacar que esta discussão é de fundamental importância para mostrar onde está situada a intenção do autor dentro do processo interpretativo de um texto histórico. Ricoeur (2011) propõe a relação entre o ato de leitura e a verdade dos fatos narrados pela história, e quais os problemas que percebemos nesta relação, sustentando como hipótese que embora o leitor não consiga chegar no que o autor do texto pretende expressar, este precisa vivenciar o texto para perceber os vários fatores que influenciam a interpretação.

Este é um dos pontos fundamental do pensamento hermenêutico, que necessita de um leitor para o texto, visto que é somente com a leitura que a significação do texto estará completa. Ricoeur (2008) em seu texto “Memória, história e esquecimento” nos estimula a reconhecer que não existe história sem processo de interpretação. No caso da Amazônia isso não é diferente. Pinto (2008, p.16) contribui com essa constatação ao enfatizar que “existem leituras de obras necessárias para que possamos dar novos significados ao quadro de representações sobre a Amazônia”. Entre essas obras é possível destacar a importância de “Os canibais” (1580), ensaio de Montaigne (1533-1592) sobre a vida dos indígenas que os europeus encontraram na América. Embora a referida obra tenha ajudado a fundar uma das vertentes da antropologia assentada em um ponto de vista relativista, as idéias antropológicas de Montaigne foram idéias derrotadas e ficaram relativamente esquecidas até o presente.

Buffon (1707-1788), por sua vez, foi um pensador que teve suas idéias largamente aceitas sobre o Novo Mundo. O mesmo caracteriza a Amazônia como um experimento da natureza ainda em formação, mas que apresenta condições desfavoráveis ao pleno desenvolvimento das formas de vida naturais e humanas. É importante destacar que Pinto (2008, p.20) associa as idéias de Buffon às idéias de Hegel (1770-1831), pois este último utiliza, em “As Lições sobre a Filosofia da história universal” (1837-1840), exemplificações próximas às de Buffon, principalmente no que diz respeito à relação entre a geografia e a civilização. Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815), autor da obra “Viagem filosófica” (1783), também utiliza argumentos e exemplos inspirados nas idéias de Buffon, defendendo a caracterização negativa das terras e gentes da Amazônia, propondo o estudo dos povos indígenas como um ramo da história natural.

Samuel Fritz (1654-1725) também contribuiu de forma decisiva para construir a idéia de Amazônia que tem estado presente na atualidade. Segundo Pinto (2008, p.23), sua obra “Diário de Viagem” (1912) constitui um momento inaugural do pensamento social sobre a Amazônia e em particular sobre o pensamento antropológico, uma vez que além de nos oferecer informações sobre a ocupação da Amazônia por espanhóis e portugueses, é considerada como uma das expressões da literatura de revelação do vale amazônico.

Entre esses primeiros autores que elaboram diferentes representações sobre a Amazônia, Pinto (2008, p.24) menciona a importância do padre João Daniel (1722-1776), autor da obra “Tesouro descoberto no rio das Amazonas” (1757-1776). O referido autor que institui o que poderíamos reconhecer como um novo padrão científico de interpretação da Amazônia via essa região não apenas como uma das regiões mais ricas do mundo do ponto de vista de seus recursos naturais, mas também procurava alertar sobre a necessidade do fim da escravidão indígena, que para ele constituía a maior evidência do atraso social e político do vale amazônico.

Outro padre, Cristóvão de Açuña (século XVII), autor de o “Novo descobrimento do grande Rio das Amazonas” (1641), também se tornou uma grande referência para a compreensão da Formação do Pensamento Social na Amazônia. Um exemplo disso é que seu relato constituiu um dos documentos fundadores do pensamento sobre essa região, já que tratou de um mundo que até então era mal conhecido e que, por isso, possuía o valor de verdadeira fonte de revelação.

O discurso de La Condamine (1701-1774) não é diferente do discurso dos autores citados anteriormente. Constitui, na verdade, um momento decisivo da história da ciência do século XVIII. O mesmo reconhecia e julgava fundamental o conheci-

mento indígena para a realização do inventário do Novo Mundo. Entretanto, apesar ter reconhecido a existência de um vasto conhecimento indígena sobre o meio natural e de técnicas apropriadas para a sua exploração, La Condamine expressou uma atitude etnocêntrica em relação aos povos indígenas.

Robert Avé-Lallemant (1812-1884), autor do livro de viagem “No Rio Amazonas” (1859), também registrou suas impressões sobre o Novo Mundo. Seu relato voltou-se para a Geografia e história social do cotidiano do século XIX na Amazônia e era dotado dos juízos de valor e dos preconceitos correntes no século em torno das populações amazônicas. Tais preconceitos eram relacionados com a preguiça, a licenciosidade moral, a sensualidade, o primitivismo técnico e econômico, a ausência de interesses por atividades ligadas ao lucro e ao enriquecimento, etc. Contudo, é necessário reconhecer que seu texto possui significado etnográfico e sociológico e é constituído de elementos substanciais para os pesquisadores da história social do século XIX na Amazônia.

O livro “Viagem ao Brasil” (1870), de Louis (1807-1873) e Elizabeth Agassiz (1822-1907) é outra obra essencial para conhecermos a Amazônia dos meados do século XIX, em particular no que diz respeito à história da organização familiar e das relações culturais entre os índios e brancos no horizonte limitado de uma sociedade marcada por valores rurais. Pinto (2008, p.191) reconhece que sua marca principal “é ser um livro escrito de um ponto claramente feminino e é exatamente esse olhar particular que o diferencia como percepção da paisagem e dos fatos humanos presenciados no decorrer do século XIX”.

O livro “Viagens pelos rios Amazonas e Negro” (1848), de Alfred Wallace (1823-1913), também merece ser destacado como uma obra que contribui para o conhecimento dos paradigmas da ciência do século XIX e seus desdobramentos até o século XX. Seu autor foi um dos que ajudou a desconstruir o mito da Amazônia como lugar de clima infernal e impróprio para o desenvolvimento da civilização. Defendia a região como um espaço potencial para a expansão do progresso. Viu nos povos nativos da região uma superioridade em relação aos demais povos nativos do Brasil e mesmo do resto da América do Sul, comparando-os com povos do noroeste norte-americano.

As abordagens sobre a Amazônia e suas interpretações destacadas na obra “Viagem das idéias” não escapam de questões relacionadas com o racismo, o exotismo e o progresso. Em cada abordagem, em cada autor, tais questões podem se completar em diferentes gradações. Do ponto de vista da construção de uma identidade nacional brasileira, a Amazônia tem sido mobilizada como a representação mais

acentuada e contrastada do atraso nacional, do primitivismo dos moldes de vida e da dificuldade maior da integração nacional. Pinto (2008, p.109), reforça que “a idéia de pobreza durante muito tempo não apareceu associada às populações da Amazônia. Essa era a idéia de seus primeiros observadores e intérpretes”. A pobreza, portanto, e as representações do povo como um povo pobre são consequências dos processos recentes de dominação.

Pinto (2008, p.151) lembra no decorrer das suas análises que “existe na Amazônia uma longa tradição de ciência e que os cientistas que contribuíram para construir essa tradição caracterizam seu modo de investigar, atuando simultaneamente em diferentes campos”. Essa é a característica do trabalho científico de pioneiros como João Daniel, Alexandre Rodrigues Ferreira e que se reflete na obra de poucos cientistas do presente como Araújo Lima (1864-1918), Arthur César Ferreira Reis (1906-1993) e Djalma Batista (1916-1979). As obras de ambos representam um momento privilegiado e rico do pensamento social sobre a Amazônia, pois além de contribuem com o processo de desenvolvimento regional, demonstram que as representações realizadas sobre a Amazônia desempenham um papel fundamental na dinâmica das relações sociais.

#### *Fronteira Brasil-Venezuela: Espaço de novos significados culturais na Amazônia*

A teoria da interpretação é um ramo da hermenêutica que tem a necessidade de refazer permanentemente o caminho pelo qual é possível explorar a sua relação com os contextos sociais e com as diferentes possibilidades de interpretação, fortalecendo a criticidade dos sujeitos sociais. Nessa perspectiva, autores como Max Weber e Frederick Jackson Turner associam a idéia de fronteira a uma estrutura de terras livres abertas à colonização.

Mudanças recentes no sistema de estados nacionais ocasionadas pela globalização indicam que tanto as barreiras fiscais impostas ao comércio internacional como do controle sobre o fluxo de pessoas, estão reforçando a concepção da fronteira como zona de comunicação e troca. É este o sentido da contribuição de Ganster *et al* (1997) *apud* Steiman (2002, p.12) quando afirmam que as regiões de fronteira constituem pontes entre nações, tornando mais abrangentes as formas de cooperação internacional.

Sem dúvida, a partir dos pressupostos do pensamento social podemos descrever a noção de fronteira enquanto realidade sociocultural e imaginada. As distintas interpretações sobre Amazônia, apresentadas na seção anterior, demonstram a importância que diversos autores tiveram na formação do pensamento social sobre a

Amazônia, uma vez que muitos desenvolveram uma interpretação crítica sobre a região, atribuindo verdades a determinadas narrativas destinadas a um tempo e espaço social e político específico.

Souza (1996) esclarece que é possível interpretar a fronteira como parte da construção da nação, pois o pensamento social sobre a fronteira revela, por meio do componente linguístico das tradições inventadas, o propósito de fomentar o nacionalismo inerente a todo Estado-nação. Conforme sustenta Rodrigues (2007, p.22), isto é especialmente verdadeiro “quando a criação do Estado-nação implicou grandes transformações, como é o caso do Brasil e da Venezuela que vivenciaram a passagem do estado de colônias para o de nações independentes”.

Rodrigues (2007, p. 27) assegura ainda que possivelmente “os pensamentos sociais dos dois países citados acima possuem uma estrutura, ou modelo construído a partir dos acontecimentos históricos, que pode ser desvendada por meio da verificação de hipóteses que expliquem as recorrências e diferenças”.

No caso da fronteira Brasil-Venezuela, além dos significados de demarcação territorial jurídica e política, configura-se como o lugar onde os Estados-nações se inscrevem, delimitam e se reafirmam como fronteiras territoriais que demarcam a soberania de uma e outra nação. Por essa razão, a fronteira internacional é um lugar que requer maior vigilância e controle institucional, particularmente policial e militar.

Neste sentido, é possível inferir que a fronteira Brasil-Venezuela estabelece a divisão espacial que marca a soberania de cada Estado-Nação sobre o seu respectivo território. Delimitada pelo Tratado de 1859 e confirmada pelo Protocolo de 1929, esta fronteira possui uma extensão de 2.199,0 km.

Para Faria (2009) essa mesma fronteira apresenta-se como importante zona de intercâmbio, onde o avanço da tecnologia, no âmbito dos meios de transportes e comunicação, contribuiu para a intensificação das trocas de mercadorias e informações, bem como o fluxo de pessoas, sejam elas turistas, migrantes temporários ou não. É importante acrescentar que grande parte das relações entre o Brasil e a Venezuela que acontecem na área fronteiriça é mediada pelos estados de Roraima (Brasil) e o estado de Bolívar (Venezuela). Tal relação se justifica devido a distância que o estado de Roraima apresenta dos grandes centros econômicos brasileiros. Logo, um estreitamento de suas relações com a Venezuela pode ajudá-lo a superar as dificuldades adquiridas em seu desenvolvimento econômico.

Atualmente, o referido estado possui 15 municípios, o que equivale a uma extensão territorial de 224.298,980 km<sup>22</sup> e compreende uma população no total de

---

2 Número obtido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2007.

451.227 habitantes<sup>3</sup>, cuja maior parte se encontra na capital roraimense, a cidade de Boa Vista, que conta com 284.258 habitantes<sup>4</sup>.

Levando em consideração o fato de que grande parte da população do estado de Roraima se concentra na cidade de Boa Vista, podemos afirmar que a referida cidade possui grande importância para o estado roraimense, já que é nela que se concentram as principais atividades econômicas, tais como os serviços públicos. Além do mais, de acordo com Faria (2009) a capital do estado de Roraima possui uma grande importância geopolítica por compreender uma distância de aproximadamente 200 km da fronteira do Brasil com a Venezuela e 100 km da fronteira do Brasil com a República Cooperativa da Guiana.

Nessa discussão é importante ressaltar que a Venezuela é um país sul-americano cujo sistema político se constitui em uma república federal presidencialista. No entanto, o fato de seu território estar limitado ao norte pelo mar do Caribe, este país acaba se tornando uma importante rota de exportação. Logo, com o estreitamento das relações bilaterais que vem ocorrendo entre o Brasil e a Venezuela, através do MERCOSUL, o estado de Roraima acaba exercendo papel importante ao possibilitar a via de acesso terrestre direto entre os dois países por meio da BR-174.

Em relação ao estado de Roraima, localizado na região norte do Brasil, e o estado Bolívar, localizado ao sul da Venezuela, Rodrigues (2006) afirma que ambos possuem semelhanças, pois além de se constituírem em grandes espaços em relação aos seus respectivos territórios nacionais, vivem em processos de expansão de fronteira econômica, são palcos de constantes conflitos voltados para o controle de recursos naturais, possuem populações indígenas significativas e estão situados em áreas de fronteira. Contudo, a diferença existente entre esses dois estados é que Bolívar é um grande centro de indústrias de base, já Roraima possui uma economia baseada em recursos federais, o que o torna gerador de serviços públicos.

No entanto, apesar desta diferença, esses dois estados são impactados pela migração intra-regional. Ainda segundo Rodrigues (2006), o Estado Bolívar obteve um intenso crescimento populacional nas décadas de 1960 e 1970, favorecido pelo processo de instalação de projetos de infraestrutura e indústrias básicas de siderurgia e energia. Já Roraima foi impactado pelo crescimento populacional nas décadas de 1980 e 1990, onde os principais atrativos foram os projetos de colonização e atividades de mineração.

---

3 População estimada no ano de 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

4 Contagem da população feita no ano de 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Entretanto, a relação entre Roraima e Bolívar pode ser mais visível a partir das cidades de Pacaraima e Santa Elena de Uairén. Ambas apesar de apresentarem baixa densidade demográfica, possuem uma população composta tanto de nacionais quanto de estrangeiros.

É importante ressaltar que o município de Pacaraima foi emancipado em 17 de julho de 1995 ao ser desmembrado do município de Boa Vista, passando a funcionar como entreposto comercial, já que atrai diversos turistas do país venezuelano e de outras nacionalidades para a realização de bens de consumo básico.

Mas independentemente de ser uma pequena cidade, já que compreende uma população de aproximadamente 6.989 habitantes, Pacaraima já apresenta problemas de infraestrutura urbana em função do crescimento desordenado, concentrado na sede municipal, onde é possível visualizar, por exemplo, sérios problemas de saneamento básico.

Nesse ambiente é possível visualizar que além do serviço público, grande parte da população, seja de brasileiros quanto de estrangeiros, está empregada no mercado de trabalho informal. Cabe acrescentar que nessa cidade boa parte das pessoas falam tanto o português quanto o espanhol. Além do mais, o comércio aceita a moeda venezuelana (Bolívar), e assim como os taxistas brasileiros que trabalham na cidade de Santa Elena de Uairén, os taxistas venezuelanos trabalham em Pacaraima.

Santa Elena de Uairén, por sua vez, pertence a grande região conhecida como La Gran Sabana e compreende um núcleo urbano um pouco maior do que Pacaraima, com uma população de aproximadamente de 20 mil habitantes (Disponível em: <http://www.lagransabana.com/santaelena.htm>). Em suas proximidades é comum visualizar acampamentos e povoados predominantemente mineiros. Neste caso, é possível afirmar que sua economia é baseada tanto na atividade de garimpagem nas minas que estão ao seu redor quanto no comércio, que conseqüentemente estimula a prática turística na região.

Cabe lembrar que existem muitos brasileiros vivendo em Santa Elena de Uairén. Geralmente os brasileiros desenvolvem atividades nas minas, em comércio de ouro e diamante, e até mesmo em estabelecimentos comerciais e restaurantes. Todas essas informações nos possibilita constatar que para Rodrigues (2009, p.15) “a fronteira Brasil/Venezuela configura-se como espaço de encontros e, dessa forma lugar de construção de alteridades, de conflitos, das alianças e da solidariedade”. É, portanto, um lugar privilegiado para entender a diversidade cultural e as relações interétnicas vivenciadas por quem opta deslocar para esse espaço fronteiriço.

Rodrigues (2007) expõe que por ser uma múltipla fronteira, o espaço fronteiriço

entre Brasil e Venezuela é um lugar de encontros de diferentes realidades culturais e um espaço que contempla as relações interétnicas. Desta forma, as práticas migratórias que ocorrem nessa fronteira, fazem com que os diversos atores sociais entrecruzem suas trajetórias históricas e culturais, possibilitando o processo de seleção, revisão, reapropriação, invenção cultural, aproximação ou confronto interétnico.

Diante desse contexto, é importante lembrar que o conceito de “fronteira” vem assumindo diversos sentidos ao longo da história. Até bem recentemente, por volta dos séculos XVIII e XIX, a noção de fronteira esteve associada, prioritariamente ao sentido de fronteira da soberania dos Estados nacionais. Ao se definir limites e traços fronteiriços, menos o território e mais a territorialidade apresenta-se como elemento articulador e diferenciador das relações sociais e culturais. A fronteira, então deixa de ser percebida como algo fixo, imutável e passa a ser vista enquanto processos e referências mentais responsáveis por guiar a percepção da realidade, possibilitar aos indivíduos a percepção do imaginário, das fronteiras entre o “eu” e o “outro”.

Sendo assim, compreendemos o imaginário como um sistema simbólico de interpretações coletivas que atribui significado ao real e que ajuda a consolidar as construções de sentidos, fazendo parte do jogo de representações que estabelecem classificações, hierarquias e limites. Com estes referenciais Cardia (2009) afirma que nos aproximamos de uma realidade fronteiriça em que convivem diferentes grupos que se autodefinem e são definidos em relação às realidades socioculturais diferenciadas, fortalecendo a aparição de novos códigos culturais.

Por isso, a medida que a identidade passa a ser reconhecida como um processo de identificação e diferenciação, ambos, brasileiros e venezuelanos tentam se contrapor ao “outro”, ao mesmo tempo em que formulam idéias de “si” mesmos baseados em imagens e discursos positivos e enaltecidos dos aspectos culturais nacionais. Essa constatação indica que o lugar fronteiriço, por ser um lugar de trânsito constante de pessoas, favorece a mescla cultural, ao mesmo tempo em que proporciona tanto a afirmação dos núcleos de significado das identidades de origem como a incorporação de outros elementos culturais na identidade atual. Segundo Rodrigues (2007), este é um processo de hibridação e sincretismo cultural ocorre quando os sujeitos em contato com outras culturas se apropriam criticamente dos elementos próprios de outros, selecionando-os, modificando-os e combinando de outra forma os signos e seus significados.

## *Considerações finais*

A construção do presente artigo, que tomou como referência a noção de fronteira a partir da formação do pensamento social sobre a Amazônia, proporcionou o surgimento de diferentes questionamentos e interpretações sobre a Amazônia. Ficou evidente que a contradição do espaço amazônico pode ser facilmente percebida dentro de diversos âmbitos. Do ponto de vista socioeconômico, por exemplo, para Fleicshfresser (2006) o patrimônio natural amazônico está na origem de uma série de conflitos pela posse de seu uso, uma vez que a Amazônia tornou-se uma fronteira de expansão para as atividades produtivas que dependem de recursos naturais.

Dentro desse cenário, Pinto (2008) tornou-se fundamental para a formulação de uma teoria interpretativa consistente para a região. Dentro dessa análise cabe a ressalva de que diversos autores que escrevem sobre a Amazônia se preocupam em articular uma aproximação entre o conhecimento científico e o conhecimento tradicional, tomando como princípio básico a concepção de que o mundo natural molda fortemente as sociedades e os agrupamentos humanos.

Nesse sentido, não podemos esquecer que é a partir do mundo natural que se esboçaram as primeiras teorias que buscavam os elementos possíveis para estabelecer as causas das diferenças entre os homens e sua vida material e espiritual. Em decorrência disso, Pinto (2008, p.242) expressa que “uma boa parte do que conhecemos hoje como etnociências, isto é, ciências que se fundamentam no conhecimento produzido pelas sociedades indígenas e locais, foi praticada no Brasil e na Amazônia”.

A principal tendência da discussão sobre a noção de fronteira a partir da formação do pensamento social sobre a Amazônia é nos ajudar a reconhecer que a teoria da interpretação é aquela que não se reduz somente a uma realidade, mas sim a um campo de possibilidades. Dessa maneira, podemos considerar que a tarefa dos pensadores que estudam a Amazônia é definir e avaliar a natureza e o âmbito das alternativas que possam dar ênfase à análise crítica das lutas políticas, sociais e culturais.

Tudo o que foi exposto até aqui nos estimula a compreender que interpretar a Amazônia de forma crítica é o novo desafio para uma nova forma de pensar. Sem dúvida, a discussão sobre fronteira e pensamento social facilita o entendimento de que a teoria da interpretação engloba um conjunto disciplinado de práticas, mas também representa de forma considerável o corpo de conhecimento acumulado ao longo da história da humanidade.

Pensar de forma crítica nos ajuda, de um modo geral, olhar para o passado da Amazônia com a finalidade de encontrar possíveis soluções para o seu futuro. Nos

motiva a corrigir nossas impressões e desafiar nossas opiniões, além de reconhecer que nossas ações podem ser descritas e explicitadas em diferentes planos da experiência.

O cenário da situação atual da Amazônia consiste na persistência da condição de periferia, dependência e destruição gradual da floresta, fortalecida pela constante disputa pela terra. Como cenário alternativo podemos mencionar a valorização da prática de uma economia sustentável, que minimize a desigualdade social e a destruição acelerada da floresta.

Por fim, diante do quadro de desigualdade social presente, sobretudo, nas faixas de fronteira da Amazônia, a teoria da interpretação nos conduz a uma série de problemas fundamentais do destino humano. Nos estimula a desenvolver a habilidade de compreender nossos problemas essenciais, através da capacidade de enfrentar as incertezas e de encontrar os meios que nos ajudam a ter consciência da existência de um futuro incerto que, ao mesmo tempo, nos incentiva a ter coragem e esperança para facilitar o diálogo entre todos os grupos sociais com o intuito de transformar as estruturas de dominação, exploração e exclusão.

Recebido em agosto, aprovado em setembro.

### *Referências Bibliográficas*

ACEVEDO, Rosa; CASTRO, Edna. *Negros do trombetas*. Belém: CEJUP, 2003.

BATISTA, Djalma. *Amazônia: Cultura e Sociedade*. 3 ed. Manaus: Valer, 2006.

BECKER, Bertha. *Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

BUENO, Magali Franco. Natureza como representação da Amazônia. In: *Revista Espaço e Cultura*. N. 23. Rio de Janeiro: UERJ, jan/jun de 2008.

CASTRO, Edna. Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas. In: CASTRO, Edna (Org.). *Cidades na floresta*. São Paulo: Annablume, 2008.

CARDIA, Laís M. *Espaços e culturas de fronteira na Amazônia Ocidental*. Ateliê Geográfico. Goiânia-GO. V. 3, n. 7. Set/2009.

COSTA, Selda Vale. *Por rios amazônicos: conversas epistolares com Nunes Pereira*. In: BASTOS, E. R.; PINTO, R. (Orgs.). *Vozes da Amazônia: investigação sobre pensamento social brasileiro*. Manaus: EDUA, 2007.

CRUZ, Valter do Carmo. *Pela outra margem da fronteira: Território, identidade e lutas sociais na Amazônia*. (Dissertação de mestrado). Niterói: UFF, 2006.

*Crítica, autocrítica e perspectiva para o futuro*. (Palestra proferida ao Ciclo de Palestras do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia). Manaus: UFAM, 2011.

DINIZ, Alexandre. A evolução fronteiriça em Roraima. O caso das confiança I, II e III. In: *Formação do Espaço Amazônico e Relações Fronteiriças* (Seminário Organizado e Coordenado pelo curso de Especialização em relações Fronteiriças do Centro de Ciências Sociais e Geociências da UFRJ). Boa Vista-RR: UFRJ, 1997.

FARIA, Ana Carolina Viana. *Fronteira Brasil/Venezuela: Relações bilaterais entre Roraima e Estado Bolívar*. MG: PUC-Minas, 2009.

FERNANDES NETO, Pedro. *Caracterização Geográfica da Faixa de Fronteira Continental Norte do Brasil*. (Monografia de Graduação). Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

FLEICSHFRESSER, Vanessa. *Amazônia: Estado e Sociedade*. Campinas: Armazém do Ipê (autores associados), 2006.

FREITAS, M.C. A Amazônia e o pensamento social brasileiro contemporâneo. In: BASTOS, E. R.; PINTO, R. (Orgs.). *Vozes da Amazônia: investigação sobre o pensamento social brasileiro*. Manaus: EDUA, 2007.

\_\_\_\_\_. Einstein e a Amazônia: diálogos com a estética de vida. In: FREITAS, Marcílio de; SILVA, Marilene Côrrea de; BASTOS, Marcus (Orgs.). *Diálogos com a Amazônia*. Manaus: Valer, 2010.

Fronteira Brasil-Venezuela. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/daa/venezue.html> / Acesso em: 15/01/2012.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Geografando: nos varadouros do mundo – da territorialidade seringueira a territorialidade seringueira ou do seringal a reserva extrativista*. (Tese de doutorado). Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

\_\_\_\_\_. *Amazônia, Amazônias*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Primeiros resultados do Censo Demográfico 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 26/11/2010.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: A degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009.

NUNES, Brasilmar Ferreira. A interface entre o urbano e o rural na Amazônia Brasileira. In: CASTRO, Edna (Org.). *Cidades na floresta*. São Paulo: Annablume, 2008.

O estado de Roraima no contexto de faixa de fronteira. Disponível em: <http://acd.ufrj.br/fronteiras/pesquisa/fronteira/p02mono0104.htm> / Acesso: 10/02/2012.

PINTO, Ernesto Renan Melo de Freitas. *Viagens das idéias*. 2.ed. Manaus: Valer, 2008.

RAMPAZZO, S. E. A questão ambiental no contexto do desenvolvimento econômico. In: BECKER, D. F. (Org.). *Desenvolvimento sustentável: Necessidade e/ou possibilidade?*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.

RIBEIRO, Gustavo Lins. *Cultura e política no mundo contemporâneo: paisagens e passagens*. Brasília: Ed. UnB, 2000

Ricoeur, Paul. *A Metáfora Viva*. São Paulo-SP: Loyola: 2000.

\_\_\_\_\_. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2008.

\_\_\_\_\_. *Sobre a tradução*. UFMG, 2011.

ROCHA, Genyilton Odilon Rego da. O ensino de geografia e a construção de representações sociais sobre a Amazônia. In: *Revista Terra Livre*. Ano 22, v.1, n.26. Goiânia: Jan-Jun/2006. (ISSN 0102-8030).

RODRIGUES, Francilene dos Santos. Migração transfronteiriça na Venezuela. In: *Estudos Avançados* 20 (57). São Paulo: EDUSP, 2006, p. 197-207.

\_\_\_\_\_. *Nacionalidade no pensamento social brasileiro e venezuelano e o lugar Guayana*. (Tese de doutorado). Brasília: UNB, 2007.

\_\_\_\_\_. Transitando na fronteira: A imigração de brasileiros e brasileiras para a Venezuela. In: *Anais da II Reunião Equatorial de Antropologia e XI Reunião de Antropólogos do norte-nordeste*. Natal: 19 a 22 de agosto de 2009. ISBN: 97885735384.

SOUZA, Candice Vidal. A noção de fronteira e espaço nacional no pensamento social brasileiro. In: *Textos de história*. v.4, n.2 (1996): 94-129.

STEIMAN, Rebeca. *A geografia das cidades na fronteira: Um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia)*. (Dissertação de mestrado). Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

TOCANTINS, Leandro. *O rio comanda a vida*. Manaus: Valer, 2001.